

## **EDUCAÇÃO E IDENTIDADE QUILOMBOLA: OUTRAS ABORDAGENS POSSÍVEIS.**

**Givânia Maria da Silva**

### **RESUMO**

Este texto é parte de uma pesquisa de abordagem qualitativa realizada no quilombo de Conceição das Crioulas/ Salgueiro/PE, que discute a concepção de educação escolar quilombola e participação dos quilombolas no processo educacional e o significado para ampliar os espaços de reconstrução da história do território. Traz alguns elementos que contribuem com a reflexão sobre a educação escolar quilombola, desafios e aspectos relevantes da participação social dos quilombolas, sobre o processo educacional em um quilombo. Aborda questões que os jovens quilombolas apresentaram e consideraram importantes para o currículo escolar na perspectiva de afirmar a identidade e autoestima do jovem, a exemplo da formação de professores/as, mundo trabalho, a garantia de direitos e permanência dos quilombolas em seus territórios de forma digna.

**Palavras- chave:** educação quilombola, território, participação.

## **INTRODUÇÃO**

A sociedade brasileira passa por um dos momentos mais controversos da história. De um lado as tecnologias de grande alcance que fazem chegar informações em muitos lugares e são tidas como importantes, mesmo que não se reflita sobre a função dessas informações. Do outro, um estranhamento da sociedade à questões relevantes e fundamentais para alguns grupos, como por exemplo, os problemas vivenciados diariamente, principalmente pela juventude negra, tais como: o aumento da violência, a inserção no mundo das drogas, vitimização nos centros urbanos.

Já a juventude negra rural, somado ao já mencionado, notadamente nas comunidades quilombolas, enfrenta outros problemas que afetam seu desenvolvimento profissional, intelectual e os faz vítimas de outros modelos de violências: avanço do agronegócio, das minerações, dos grandes projetos de desenvolvimento, que veem expulsando os jovens do meio rural e colocando-os nas periferias das grandes cidades. Esse movimento faz com que muitos percam sua identidade, suas raízes e se afastem definitivamente de sua cultura.

É nesse cenário que estão situadas as comunidades quilombolas. Afastadas muitas vezes das oportunidades de desenvolvimento, lutam para manter vivas suas raízes e identidade de seus territórios. Durante uma pesquisa de abordagem qualitativa realizada no quilombo de Conceição das Crioulas entre 2010/12, intitulada a “Educação como processo de luta política: a experiência de educação diferenciada do território quilombola de Conceição das Crioulas”, os jovens falaram de participação, de construção de identidade, de afirmação de direito, de projeto de futuro e manutenção em seus próprios territórios de forma digna. Apresentaram alguns desafios que a educação precisa enfrentar para atender as perspectivas da juventude quilombola, evitando uma maior desterritorialização dos quilombolas. Entre as questões abordadas pelos jovens de Conceição das Crioulas, está a construção de um currículo que permita incorporar assuntos importantes para os jovens quilombolas: identidade étnica, territorialidade, sustentabilidade, participação social e geração de trabalho e renda.

### **1. Identidade quilombola e seus cotidianos.**

Estando situadas em diversas localidades do território nacional, as comunidades quilombolas não podem ser vistas como algo “que sobrou”, “resto” ou simplesmente como algo remanesce. É preciso que compreendamos como uma população com significativa contribuição à formação da sociedade brasileira, que vem alterando de

forma positiva a estrutura do Estado, fugindo dos regimes postos, das ordens impostas e construindo suas próprias alternativas de superação, muitas vezes por meio da educação.

Para Leite (2010),

O contrassenso das práticas autoritárias decorrentes do colonialismo foi de insistir no esquecimento e no pagamento das diferenças histórico-culturais como forma de atingir o suposto crescimento e progresso. Elas ignoram sistematicamente o papel desempenhado pela memória na formação da identidade, dos saberes tradicionais como fontes de preservação da vida (LEITE, 2010a, p. 25).

Esse “apagamento/esquecimento” que se criou em relação às comunidades quilombolas durou séculos e as transformou em sujeitos de direitos “presentes/ausentes” perante as ações do Estado brasileiro. Tais fatos fizeram com que as comunidades quilombolas sofressem perdas materiais e imateriais: deslocamentos de seus territórios de forma forçada, deturpação dos bens herdados material e imaterialmente, cemitérios, sítios arqueológicos, conhecimentos tradicionais aliciados sem que pudessem recorrer às leis, pois sequer existiam perante o Estado. Isso contribuiu para que as comunidades quilombolas pertencessem a um mundo *presente/visível/invisível* – existem, produzem, preservam as áreas em que vivem, guardam saberes, mas durante séculos não pertenceram enquanto sujeitos de direito ao território ocupado e preservado, herdado ou conquistado por meio de seus processos organizativos.

Apesar das mudanças já mencionadas a partir da CF/1988 e dos esforços que foram empreendidos por setores do movimento negro e das próprias comunidades quilombolas, setores conservadores de nossa sociedade continuam lutando para mantê-las na invisibilidade. A forma perversa de enxergar as comunidades quilombolas como resto, sobra, como algo estático, as coloca apenas no passado. Entretanto, as comunidades resistem ao modelo de desenvolvimento hegemônico adotado pelo Brasil, tornando-se incômodos as estruturas vigentes. Isso vem contribuindo para que essas populações fiquem à margem da sociedade.

O fato é que esses grupos possuem características próprias e conseguiram manter-se nos seus territórios, majoritariamente em áreas rurais, em locais que hoje são focos do agronegócio, mineradoras e dos grandes empreendimentos, das redes hoteleiras, dos chamados *resorts*, da expansão desenfreada nas áreas urbanas promovidas pela especulação imobiliária etc.

Nesse contexto, as comunidades quilombolas têm feito oposição por meio de suas formas de fazer, viver e pensar, aos modelos de desenvolvimentos impostos pelo lucro e pelo capital, pois o fazer quilombola nem sempre dialoga com o lucro em detrimento da vida social, cultural e ambiental em seus territórios.

Para O'Dwyer (2002),

O fato de o pressuposto legal referir-se a um conjunto possível de indivíduos ou atores sociais organizados em conformidade com sua situação atual permite conceituá-los, numa perspectiva antropológica mais recente, como grupos étnicos que existem ou persistem ao longo da história, como um “tipo organizacional”, segundo processos de exclusão e inclusão que possibilitam definir os limites entre os considerados de dentro ou de fora (O'DWYER, 2002, p. 14).

Partindo dessa perspectiva, pensar quilombo como “o presente”, é necessário nos despir dos conceitos de quilombo apenas como algo ligado ao passado estático e reconhecê-lo no hoje. É pensar numa sociedade em que os jovens sonham com uma educação diferenciada que incorpore seus anseios e valores ancestrais que ainda persistem em seus meios. Só a partir de uma compreensão nova, em que se considere a diversidade quilombola, suas características e especificidades culturais, regionais, geográficas e políticas é que podemos compreender melhor quem são os quilombos, suas lutas e resistências como estratégias de construção de seus modelos de desenvolvimento e processos organizativos e educativos próprios.

O reconhecimento das comunidades quilombolas, ao trazer para o Estado brasileiro obrigações que vão além da certificação da sua existência enquanto grupos que compõem a base de formação do povo brasileiro estende-se para um conceito de reconhecimento para o acesso a direitos antes não estabelecidos, não escritos, ou mesmo o “*direito achado/no quilombo*”, definição de Araújo (2008). Tais direitos levaram o Estado brasileiro a promover alguns ajustes nas suas estruturas sem, com isso, alterar de forma mais profunda as desigualdades existentes e acumuladas durante séculos nessas comunidades.

Para Leite (2010a),

A segregação imposta às comunidades quilombolas só poderá se reverter se tirá-las da invisibilidade em que se encontram, sobretudo e na ordem jurídica. Concordando com autora, penso que um plano de ação combater esse pensamento fenômeno que ainda nos envergonha, não pode deixar de lado o papel da escola (LEITE, 2010, p. 24).

Assim, tanto nas definições de quem são os quilombos no Brasil, quanto das estruturas do Estado, existem tensões, ganham centralidade no debate os mecanismos criados com a finalidade de fazer valer os “novos direitos quilombolas” ou direitos adquiridos a partir da CF/1988, pelos quilombos.

As visões do significado dos “quilombos” ou comunidades quilombolas continuam até hoje se confrontando. O fato é que o Estado ainda não foi capaz de solucionar, de forma mais eficiente, o déficit para com essas comunidades, ocasionado pela escravidão, omitindo, silenciando e escravizando os quilombos desde suas mais variadas formas de organização e ocupação territorial. Talvez tenha somado negativamente a visão de “resto”, “sobra” que está presente no texto constitucional, ainda acreditado por alguns. Quilombo como algo estático é o quilombo do imaginário, do resto, do que sobrou. Essa visão fortalece as formas de torná-los invisíveis e, com isso, aprofundar o desconhecimento, as contribuições para a formação do povo brasileiro que os quilombos tiveram e continuam tendo, principalmente no campo educacional e cultural.

## **2. Educação quilombola: abordagens e tensões.**

Nas falas registradas durante a pesquisa, observações e leituras relacionadas à educação e à comunidade quilombola de Conceição das Crioulas, a superação é algo presente. E a superação aqui visualizada, em primeiro lugar, é a interior, levando-nos a pensar que superar as questões externas passa inevitavelmente por um aceitar a si próprio e debater consigo mesmo o interno e externo dentro de um conjunto maior que é o coletivo de uma comunidade quilombola.

Para Santomé (1998) “a educação da pessoa também precisa incluir a capacidade de tratar e aplicar os conhecimentos, estimar suas limitações e desenvolver os meios para superá-los” (p. 116). Assim, o processo descrito faz o caminho da superação interna, aponta para a construção da identidade e um jeito de fazer educação que leve a uma prática escolar e uma postura política que permita a afirmação positiva dos sujeitos e que eles não passem pelas mesmas dificuldades ou constrangimentos que a maioria da população negra passa nos dias de hoje. Discutindo, o papel da formação de professor/a, a articulação e as representações da escola, Gomes (2003, pp.171 e 172) afirma que,

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito

é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável quando discutimos nos processos de formação de professores, sobre a importância da diversidade cultural? Nessa perspectiva, quando pensamos a escola como um espaço específico de formação, inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, normas, projetos, provas, testes e conteúdos.

Se a identidade de uma pessoa, de um grupo social não é algo fixo, se ela vai se construindo a partir de questões posta no dia a dia, inclusive a partir das subjetividades individuais e coletivas, é possível construir uma identidade positiva das pessoas negras ao invés de uma identidade negativa, fazendo com que esses sujeitos se vejam dentro do espaço que ela ocupa sem se constranger. Uma criança ao passar por uma situação de racismo, mais do que ser constrangida, ela precisa aprender que sua diferença não é o mesmo que desigualdade e aprenda ainda a gostar de si mesma. Mas, quais são nossos olhares para essa criança? Essa é uma reflexão que em construção.

Para Hall (2006),

Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um *processo em andamento*. A *identidade* não surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser visto por outros (HALL, 2006, p.39).

Cabe-nos, portanto, dizer que esse imaginário aqui em relação à população negra brasileira tem gerado os abismos das desigualdades sociorraciais, em que os negros/as sempre são vistos inferiorizados/as, estabelecendo uma relação de poder dos não negros sob os negros, como imagem fixa, gerando dúvidas nas diversas transformações que ocorreram e vem ocorrendo na sociedade, inclusive a melhoria da qualidade vida das pessoas por meio dos benefícios das políticas públicas. Esses fatos afetam diretamente os conceitos da *democracia*, *sociedade*, *igualdade*, *cidadania*, entre outros. Não se trata de um imaginário abstrato, e sim de algo que foi ao longo dos tempos se consolidando e se materializando por meio de políticas de invisibilização dos negros e de ascensão dos brancos. Os esforços a serem feitos agora devem ser no sentido da “desconstrução desse imaginário negativo em relação aos negros/as de forma também concretas,” na busca de diminuir a distância entre os negros e não negros, entre urbanos e rurais no Brasil. Um dos caminhos que podem levar a esse pensamento novo é a educação.

Indagada pela pesquisa sobre como a educação em Conceição das Crioulas vem influenciando na identidade positiva da juventude quilombola, uma jovem quilombola em entrevista em 20 de agosto de 2011, afirma:

Acho que, sem dúvida, todo esse processo de não negação de todo esse processo de valorização, a gente se sente bem por pertencer à Conceição das Crioulas, por morar em Conceição das Crioulas, mesmo que haja algum tipo de discriminação. O fato da gente não dar mais importância tanto assim, porque sempre vai existir, mas o fato da gente não dar importância a isso, sem dúvida, tem a ver com todos os processos que existem em Conceição das Crioulas, com todos os processos de formação, formação política, de construção de identidade, de uma nova realidade. A questão de tentar mudar, mudar a realidade já existente (Entrevista com Fabiana Ana realizada em 20 de agosto de 2011).

Novamente surge o tema da superação como algo buscado pela comunidade de Conceição das Crioulas, por meio da educação e da formação política, que nos discursos proferidos pelos entrevistados/as parece casar com as ações e lutas por garantia de direitos. Outras questões importantes são: o desejo de mudanças, a valorização e a pertença ao território de Conceição das Crioulas, sendo esses, a nosso ver, parte da constituição de uma identidade positiva das pessoas que ali residem.

E aí, essa discussão vem fortalecer isso! Vem fortalecer não só a questão da identidade, porque, às vezes, entende-se essa discussão como uma discussão é racial. Mas é por conta dessas diferenças, da questão da identidade, da questão da cultura, religiosidade, das tradições, mesmo! A gente foi ensinada que a gente não prestava que a gente era feia, que nosso cabelo era ruim, que o nosso nariz era chato e era defeito, e que a nossa cor, se a gente tivesse um jeito de mudar a nossa cor, a gente tinha que mudar! A gente foi ensinada pra isso. Então, a gente não nasceu dessa forma, a gente foi ensinada a isso, a gente não é obrigado a viver com isso. A gente, achando meios de mudar. A gente aqui achou meios de mudar, e tá mudando! Já mudou muito, muito, muito, muito! Porque, eu mesma, por exemplo: quando eu morava na cidade, qual era o estereótipo que eu tinha? Era moreninha (Entrevista com Fabiana Ana realizada em 20 de agosto de 2011).

A jovem liderança quilombola nos apresenta uma compreensão de que eles/as buscam na educação outro sentido. Apresenta também os estereótipos naturalizados ao negro/a e os problemas causados pelo racismo sobre sua autoestima e enfaticamente, traz a autoestima da juventude quilombola para demonstrar como são esses efeitos e como são marcantes, principalmente nas jovens negras. Por outro lado, apresenta-nos

mecanismos acessados pela comunidade quilombola de Conceição das Crioulas para superá-lo, confirmando que este não nasce sem qualquer tipo de estímulo. Ele é também ensinado.

Seguindo o mesmo raciocínio, uma jovem professora quilombola entrevistada em 24 de novembro de 2011, reconhece e afirma que “quando eu me identifico que sou negra e quilombola, ajuda as crianças (meus alunos/as) também a se reconhecerem, reconhecerem sua negritude, isso é identidade”. Ou seja, a postura dos/as professores/as contribui sim com a autoestima e com a identidade positiva das crianças.

Então, estimular nas crianças quilombolas a compreensão de que a diferença não é a mesma coisa de inferioridade, pode ser uma forma de promover mudanças, no sentido de educação sair dos modelos convencionados que é a busca da leitura e da escrita e das habilidades para o mercado de trabalho e passa a ser uma ferramenta que não está apenas dentro da escola, mas também dentro dela. Para essa perspectiva, tanto a escola quanto as políticas educacionais ganham novos significados já que, segundo Bhabha (2010),

O estereótipo é um modo de representação complexo, ambivalente e contraditório, ansioso na mesma proporção em que é afirmativo, exigindo não apenas que ampliemos nossos objetivos críticos e políticos, mas mudemos o próprio objeto da análise (BHABHA, 2010, p. 110).

Assim, Fabiana Ana(jovem quilombola, entrevistada em 20 de agosto de 2011), ao reconhecer a existência dos estereótipos associados às pessoas negras, afirma que é possível sair desse lugar da não aceitação para, por meio da educação, num sentido mais amplo, mudar o percurso que aparece no seu discurso como consolidado – seres inferiores ou inferiorizados. Isso sustenta, em parte, os efeitos do pensamento racista descrito por Shohat e Stam (2006):

O racismo envolve um duplo movimento de agressão e narcisismo: o insulto ao acusado é acompanhado de um elogio ao acusador. O pensamento racista é tautológico e circular: somos poderosos porque estamos certos e estamos certos porque somos poderosos (SHOHAT; STAM, 2006, p. 45).

O poder do discurso afirmativo do racismo além de gerar um modelo de exclusão gera também marcas profundas que, muitas vezes, não deixam espaços para as mudanças de caminhos e lugares onde o povo negro possa romper com essa lógica. A ruptura feita pela comunidade de Conceição das Crioulas aparece nessa fala: “a gente,



achando meios de mudar, a gente muda, aqui (Conceição das Crioulas), achou meios de mudar, e tá mudando! Já mudou muito, muito, muito, muito”! (Entrevista, com Fabiana Ana, em 20 de agosto de 2011).

A busca por uma educação mais inclusiva na comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas e pela própria comunidade definida como educação diferenciada não é feita apenas por aqueles/as que estão diretamente ligados aos espaços escolares (salas de aulas, gestão escolar etc.) e sim por um conjunto maior de pessoas construindo, em um processo de participação ativa, o sentimento de pertença e de busca de autonomia, de liberdade e de mudança real no fazer da escola e com a escola. Esse fazer se ancora na participação da comunidade no processo educacional como um todo. E é por meio da voz da juventude, falando para a comunidade e para eles próprios sobre o poder da organização e da participação, sendo esta talvez uma das colunas que sustentam a proposta de educação em Conceição das Crioulas. Ao falar sobre a participação da jovem diz como isso tem relação com a autoestima:

Uma vez, a gente fazendo a reflexão e a gente analisava quem são as pessoas hoje que estão ocupando os espaços educacionais aqui em Conceição das Crioulas. E aí a gente ia fazendo uma análise, eu e mais as meninas daqui que, graças a Deus, tem umas pessoas que conseguiram voltar da cidade estão conseguindo sobreviver aqui e que não precisam mais voltar pra cidade e trabalhar nas casas como empregada doméstica. Hoje, eu não vejo mais isso! Hoje, esse processo é meio que extinto! E aí, o que a gente vê é que essas pessoas que antes trabalharam, elas já tem condições de gerar renda dentro da própria comunidade também. (Entrevista com Fabiana Ana realizada em 20 de agosto de 2011).

Há na fala acima, um pertencimento político e cultural à comunidade e as suas lutas sociais desenvolvidas em defesa dos seus direitos. Há uma percepção de que a educação é um instrumento, que aliado à participação, faz valer alguns direitos que antes ou não existiam ou quando existiam, não havia consciência deles. Ao mesmo tempo uma busca por pertencer ao território e viver com dignidade e participar de suas decisões e destinos. E continua Fabiana Ana,

Assim, essa questão é muito por conta que, se você não está inserido nesse processo, nessa discussão, talvez você se torne vítima ainda desse sistema! Agora, a partir do momento que você se insere você vê que você pode ir muito mais longe do que ir trabalhar de empregada doméstica. Não que isso não seja um trabalho digno, mas é porque era a única alternativa que se tinha. E aí, a gente aprendeu que não só existia essa alternativa(...) E depois eu sempre me refiro à questão de quando começou a discussão política, e essa discussão política feita por quem estava à frente da comunidade e aí, que veio a questão da

reafirmação da identidade, a importância da identidade, porque, até então, era dessa forma (Entrevista realizada em 20 de agosto de 2011).

Nessa fala, vários elementos aparecem de forma muito expressiva. Entre eles estão a identidade da juventude, a geração de renda, a permanência dos jovens na comunidade e suas condições de vida e os espaços que historicamente foram reservados às mulheres negras, a autoestima dos/as jovens e o poder da sua participação, como elemento central e ampliação de direitos, visto isso por dentro da escola.

Para Nunes (2006), é possível por meio da educação se pensar um processo de emancipação. A fala acima traz para o centro do debate uma transformação que passa por questões que parecem sedimentadas na sociedade brasileira, como a inferiorização da mulher e dos negros/as.

Uma concepção de educação e aquisição de conhecimentos que vá ao encontro dos interesses emancipatórios que as comunidades quilombolas vêm construindo desde o período escravista requer a promoção de uma leitura de mundo que dê ênfase a sua trajetória, como lembrança viva de que o tempo não se esvaece a disposição para transformar (NUNES, 2006, p. 149).

As possibilidades de interação entre a educação e o “todo” da comunidade de Conceição das Crioulas passam pela participação e compreensão do processo de afirmação da identidade quilombola e suas relação com o entorno dessa comunidade, que envolve questões étnicas (índios Atikum) e questões regionais: uma comunidade que faz fronteira com três municípios (Mirandiba, Carnaubeira da Penha e Belém do São Francisco). Passam ainda pelo entendimento de como uma comunidade quilombola, localizada no meio rural, ocupa um lugar de destaque, principalmente pelos espaços e políticas públicas que estão contidos, pelas lutas e resistência histórica, por melhoria da qualidade de vida e por autonomia. As buscas não se restringem às quatro paredes da escola. Elas vão se ampliando à medida que as pessoas ganham confiança em si e nos outros/as com quem comungam dos mesmos objetivos.

A questão do pertencimento étnico/quilombola tem gerado, em muitos momentos, conflitos no território, pois afeta uma relação de dominação entre os que chegaram após as crioulas (seis mulheres) e por meio impositivo ocuparam parte do território. Afirmar-se quilombola hoje os remete à direitos o que implicam a diminuição do poder dos não quilombolas, que detêm ainda a maior quantidade de terras.

Segundo a legislação vigente, os não quilombolas inseridos no território devem sair, dando lugar a uma recomposição do território original (as três léguas em quadra).

A juventude parece ter entendido a questão e, nas entrelinhas de suas falas, apresentam a participação como um mecanismo de continuidade e uma estratégia de luta. Para outro jovem quilombola entrevistado em 25 de novembro de 2011, os jovens precisam continuar a defesa do território, espelhando-se nas mulheres que o fundaram:

Foram umas guerreiras, aqui! O povo se espelha nelas, assim! Foi uma luta mais, que eles conseguiram, que hoje nós estamos aqui, no Quilombo Conceição das Crioulas. Eu acho que essa luta, a partir da luta das mulheres, eles começam a ficar mais incentivados e começa a dar o valor mais, a Conceição (Entrevista Asley, realizada em 25 de novembro de 2011).

O sentido da luta tem a ver com a autoestima e com a manutenção dos seus moradores/as na comunidade. A expressão “foram umas guerreiras” se refere às mulheres, apontadas como as primeiras a chegarem ao território de Conceição das Crioulas. Hoje, a luta e a organização da comunidade parte desse ponto, que segundo Araújo (2008), é a *memória permanente*,

Vale pontuar que a *Memória Permanente* de Conceição das Crioulas é um fator significativo da construção da própria identidade local, não é um dado isolado. O pertencimento à Comunidade de Conceição das Crioulas é compreendido enquanto descendência das primeiras *Crioulas*, e a continuidade da luta de *Agostinha* e outros(as) que nos anos de 1930 a 1980, traziam consigo a resistência histórica do povo negro (ARAÚJO, 2008, p. 76).

Portanto, a comunidade quilombola de Conceição das Crioulas lançou mão de vários instrumentos, como é o caso dos dois instrumentos pensados e construídos por eles próprios (jornal *Crioulas: a voz da resistência* e o *Crioulas Vídeo*), bem como do envolvimento do conjunto das pessoas que ali reside, para pensar coletivamente uma estratégia que tenha como pano de fundo a metodologia de construção do Projeto Político-Pedagógico do Território de Conceição das Crioulas e da busca de autonomia do grupo para “fazer” com que os jovens, as mulheres, as lideranças, estejam elas ligadas diretamente à educação ou não, sejam protagonistas do processo educacional formal ou informal, o que foge das lógicas e modelos estabelecidos pela educação em nosso país. Assim, mostra-nos que é possível fazer com que a escola reflita, antes de qualquer coisa, seu chão, seu meio, os interesses dos que dela fazem parte e as disputas estabelecidas no seu interior.

**Palavras finais: para continuar a reflexão**

O que é possível afirmar é que há um acervo histórico e um conjunto de saberes acumulados nas comunidades quilombolas do Brasil que ainda são desconhecidos por grande parte da população, principalmente pelos órgãos governamentais formuladores e executores das políticas públicas. Por outro lado há um desejo dos quilombolas em participar dos processos educacionais formais que podem resultar no somatório de esforços para trazer para a educação novas abordagens e possibilidades que possam apontar para a construção de outras visões e formas de pensar a educação no Brasil.

### **Referencias bibliográficas**

**BRASIL: Constituição Federal da República do Brasil de 1988. Brasília, 1988.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC/SECAD, 2005.

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo.** Tradução Vinícius Figueira. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARAÚJO, E. F. A. **Agostinha Cabocla: por três léguas em quadra – a temática quilombola na perspectiva global-local.** 2008. 217f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2008.

BHABHA, H. K. **O local da cultura.** Tradução de Mirian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 394 p.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e a formação de professores(as): um olhar sobre o corpo e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP & A, 2006. <http://www.conceicaodascrioulas.org/>. Acesso em: 15 jan. 2012, às 11:27.

LEITE, B. I. **Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos.** In: ALMEIDA, A. W. B. de et al. (Org.). Territórios de quilombos e conflitos. **Cadernos de Debates Novas Cartografias Sociais**, Manaus, v. 1 n. 2, 2010a.

O'DWYER, E. C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

SHOHAT, E; STAM, R. **A crítica da imagem eurocêntrica.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.